

Quem Escolhe o Passado? Entre o Discurso Político e a Neutralidade Científica

Msc. Martha Helena Loeblein Becker Morales¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir a intersecção de política e ciência no que diz respeito à construção do passado, enquanto História. Como parte da tese de doutorado em História (em andamento) intitulada “Fragmentos de história: a louça arqueológica do Museu Paranaense (1957-2009)”, desenvolvida na Universidade Federal do Paraná, este artigo surgiu de uma inquietação acerca dos processos de escolha que recortam e direcionam os discursos sobre o passado, evidentes principalmente nas instituições públicas como museus, arquivos e centros de memória, bem como a consequente exclusão, de documentos e de sujeitos, que ele acarreta no presente. Uma vez que o tema central da tese é a Arqueologia Histórica, seu espaço e seu discurso dentro de um museu ‘de história’, o quadro teórico utilizado transita por um ambiente de interdisciplinaridade, visando dotar de profundidade a discussão que almeja questionar, em última instância, a relação entre passado e presente na vida cotidiana e nos domínios acadêmicos. Sendo assim, autores como o filósofo francês Michel Foucault, o historiador inglês Keith Jenkins e o arqueólogo brasileiro Pedro Paulo Abreu Funari são referências fundamentais, bem como pesquisadores nacionais e internacionais tributários ao pensamento pós-colonialista. Também é importante salientar que, em consideração a este artigo apresentar apenas um recorte dentro de uma reflexão muito mais ampla e ainda incompleta, optou-se por abordar as políticas públicas que concernem o patrimônio histórico e cultural no Brasil, especialmente ao longo do século XX, como guia para o debate a respeito das escolhas que foram feitas por especialistas e autoridades políticas, procurando igualmente contemplar os resultados apresentados à sociedade em geral, seja na forma de exposições ou livros didáticos. No entanto, é essencial salientar que o objetivo final não é alcançar a resposta definitiva para a interrogação que intitula o texto, mas suscitar um diálogo de troca, a partir de autores que se ocuparam das problemáticas do patrimônio, da memória e da construção do passado como um todo, buscando contribuir para observações futuras.

Palavras-chave: patrimônio, museu, políticas públicas

A pergunta que intitula este trabalho consiste em uma inquietação que nem sempre recebe o devido destaque. Embora já há alguns anos seja fácil encontrar autores que se questionam sobre a quem pertence o passado ou como se dá o acesso a ele, alimentando um debate de grande importância em tempos de *crise do pertencimento* e de *modas do patrimônio*², ainda são poucas as menções aos sujeitos que tomam as decisões que levam à consolidação de determinados passados, em detrimento de outros, bem como no que se embasam tais escolhas. Como parte do desenvolvimento de uma tese de doutorado, na qual a relação entre História e Arqueologia está no cerne, proponho aqui uma reflexão acerca deste processo, científico e político, que culmina na seleção do passado. Como um trabalho acadêmico, com seus recortes e limitações, convém dar início à discussão abrindo um parêntese para situar o leitor, primeiramente apresentando o projeto que provocou as inquietações para então a elas direcionar este texto.

1. A Arqueologia Histórica no Museu Paranaense: uma problemática

O Museu Paranaense, instituição fundada em 1876 na cidade de Curitiba, apresenta-se como a “entidade que promove a valorização e a guarda da História do Paraná” (DINIZ e MEDRONI, 2006, p. 65). Assim como outros museus criados no mesmo período, em seus primeiros anos de funcionamento foi predominante um caráter etnográfico e de ciências naturais, muito embora já nas décadas iniciais do século XX tenha assumido o perfil de ‘museu histórico’, pelo qual é hoje conhecido. Em visita ao seu espaço expositivo, é possível observar um acervo bastante diversificado, que já foi fonte de trabalhos contemplando áreas tão díspares quanto Antropologia, Botânica, Geologia e Linguística, por exemplo.

Contando com um número considerável de artefatos associados às áreas de História e de Arqueologia, a intersecção das duas disciplinas, todavia, é um tema ainda recente nesta instituição. A Arqueologia Histórica, que estuda o passado a partir de fontes escritas e materiais, o que implica, no caso do Brasil, em vestígios datados a partir do século XVI, está representada no acervo arqueológico do Museu Paranaense por peças que vão desde os primeiros contatos estabelecidos entre indígenas e europeus, até materiais de ferro, cerâmicos ou têxteis recuperados em habitações do século XIX e XX.

A Arqueologia carregou consigo durante muito tempo o estigma do ‘antigo’, algo que Funari atribui à própria origem da palavra em grego, ‘conhecimento dos primórdios’ ou ‘relato das coisas antigas’ (2003, p. 13). No entanto, há algum tempo vem-se advogando que não é o passado mais distante, ou a busca pelas origens do homem, que define o campo de ação do arqueólogo, mas o estudo da cultura material independente de suas balizas cronológicas. Dessa forma, é preciso considerar a reformulação do conceito de cultura material que fora necessária para que novas categorias de artefatos pudessem ser elencadas como objetos de interesse do arqueólogo, principalmente no que diz respeito a artigos familiares ao cotidiano do pesquisador, como é o caso dos estudados pela Arqueologia Histórica.

No contexto do Museu Paranaense há pelo menos uma classe material que é forte representante desta reformulação: a *louça*³, comumente associada ao processo de industrialização capitalista e ainda muito presente nas residências atuais. Os primeiros itens desta categoria foram incorporados ao acervo do Departamento de Arqueologia somente no final da década de 1950 (PARELLADA, 2002, p. 2), mais de meio século depois da criação do museu⁴, sendo possível inferir que a coleta e salvaguarda deste vestígio no empreendimento arqueológico acarretaram novas concepções do que é a Arqueologia, *o que* ela estuda, *quem é e o que faz* o arqueólogo. Além disso, a cultura material com a qual se está lidando abarca um intervalo temporal que culmina no presente, algo que aponta não somente para a Arqueologia Histórica, mas para a subárea denominada, em língua inglesa,

Contemporary Archaeology (VOSS, 2010, p. 182), designação que pode ser entendida como uma “Arqueologia do Tempo Presente”.

Conforme Voss, este é um campo que parte da reivindicação de que a cultura material do passado imediato requer um tipo específico de investigação, um movimento relativamente novo na Arqueologia mundial que teria sido desencadeado, por um lado, pelo crescimento das leis de preservação do patrimônio que submeteram à jurisdição do arqueólogo sítios cada vez mais recentes e, por outro, pelas questões sociais e políticas prementes que redirecionam a todo o momento as atenções e os interesses. A autora destaca que a particularidade deste campo, contudo, não está na mera consideração de fontes materiais e escritas, mas em sua forma de abordar fenômenos históricos peculiares ao chamado ‘mundo moderno’ (2010, p. 184), como a própria relação entre a prática e a escrita arqueológica.

A problemática do projeto de doutorado intitulado *Fragments de História: a louça arqueológica do Museu Paranaense (1957-2009)* repousa, principalmente, sobre a percepção da Arqueologia Histórica como representativa de uma quebra no pensamento paradigmático da disciplina arqueológica no Brasil, propondo-se compreender o que significou a adoção de novas fontes e temas conforme se foi valorizando o universo material de períodos cada vez mais recentes. É uma abordagem que se aproxima daquilo que Funari denomina *estudo da epistemologia do raciocínio arqueológico*, entendendo que esta mudança, ou inclusão, está inserida na experiência política e acadêmica dos últimos cinquenta anos (1994, p. 36). Várias questões derivam deste eixo central, compondo partes importantes que dão forma, enfim, a um cenário no qual se desenrola a (de)formação e as rearticulações do pensar da prática científica. Dessa forma, um dos primeiros pontos a ser contemplado foi o museu como um espaço de poder.

2. O discurso das peças e o lugar dos fragmentos

O Pavilhão de História do Paraná, onde está boa parte da exposição de longa duração do Museu Paranaense, conta com uma diversidade bastante grande de peças de louça, principalmente as comemorativas, brasonadas e decorativas. Tratam-se de objetos doados à instituição, incorporados ao acervo de História, que são utilizados para recontar parte de um passado específico do Estado. Fora do circuito oficial, armazenados na reserva técnica de Arqueologia, encontra-se uma infinidade de fragmentos de louça, recuperados em escavações ou coletas de superfície, que remetem, em grande parte, aos mesmos períodos que aquelas expostas no andar superior.

O que separa os fragmentos ‘arqueológicos’ das peças íntegras ‘históricas’ é, em última instância, o discurso. Comportando uma ideia tradicional do que é História, a exposição oferece uma reconstrução idealizada do passado de personagens de notabilidade social, política ou econômica, a partir da associação destes com uma cultura material estetizada, preservada como símbolo de uma época. À Arqueologia, restariam os fragmentos do descarte, ou seja, aqueles vestígios de peças sujeitas à quebra decorrente do uso diário, que têm presença escassa no universo expositivo aberto ao grande público. Aí se encontra um paradoxo interessante: os fragmentos arqueológicos, embora mais numerosos que os itens de decoração ou de homenagens históricas, são considerados menos apropriados para simbolizar sua época. Sendo assim, elegem-se os exemplares mais dignos de representação do passado seguindo posições políticas do presente e estabelecendo claras relações de poder.

O *discurso* foi tema da já clássica aula inaugural de Foucault no Collège de France, na qual o filósofo expôs o quanto este carrega da instituição que lhe autoriza. Afinal, é ela quem lhe fornece legitimidade e permite-lhe o exercício de algum poder, ainda que isso seja conduzido de maneira a “dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (2008, p. 9). Essa permissão concedida ao discurso representa tudo aquilo que

a instituição preza como verdade, como a *sua* verdade. Conceito trabalhado em diversas obras pelo autor, basta aqui salientar que a *vontade de verdade* da qual Foucault fala é um sistema de exclusão, conduzido e reconduzido por suportes institucionais conforme valores são atribuídos e distribuídos, bem como transformados. Tendo em vista as infinitas possibilidades de redefinição, observa que mudanças no discurso remetem quase simultaneamente ao surgimento de uma nova, ou de novas vontades de verdade.

Pontuada esta questão, deve-se pensar no museu, sobretudo, como um lugar de poder. Está-se oferecendo a exame o espaço cênico no qual os dogmas da Arqueologia seriam postos em xeque, numa perspectiva que procura delimitar alguns pontos do contexto político que tiveram parte no posicionamento institucional deste espaço. Como um estabelecimento de guarda e proteção, foram tomadas decisões referentes ao que se deveria preservar e o que seria desconsiderado ou descartado, com base em políticas oficiais e, muitas vezes, públicas. Da mesma forma, como um conjunto expositivo que visa um alcance amplo, sentenças artísticas definiram roteiros, apreciações e omissões no quadro final oferecido ao visitante. Com este cruzamento de arte, política e ciência, convido o leitor a percorrer um diálogo de autores que contribuem ao debate sobre o(s) passado(s) e a(s) sua(s) escolha(s).

3. Dimensões políticas e científicas de uma escolha

Até este ponto do texto, procurei esclarecer os limites dentro dos quais conduzo a tese, expondo as balizas espaciais, temporais e alguns referenciais teóricos que estiveram presentes desde a elaboração do projeto de pesquisa. Assim, informo o leitor das circunstâncias da Arqueologia Histórica dentro do Museu Paranaense, apenas uma questão entre muitas outras que poderiam vir a ser suscitadas pela análise aprofundada do que as reservas técnicas desta instituição têm a oferecer aos pesquisadores. Todavia, pretendo agora deslocar a atenção das coleções (arqueológicas, históricas) que elegi como objeto, para tratar do raciocínio científico que se debruça sobre as mesmas para decidir se farão parte do circuito ou se permanecerão ocultas aos olhares leigos. Para tanto, não são os parâmetros específicos deste museu que guiam a discussão, mas, em um sentido mais amplo, as conceituações e observações dos autores especializados acerca dos procedimentos de escolha e decisão próprios da divulgação do passado⁵.

Com o repensar das Ciências Humanas na segunda metade do século XX, abalando noções antes dadas como naturais, a relação entre passado e presente passou a ganhar novos significados. Jenkins aponta para uma maior conscientização da pluralidade de interpretações, bem como a não exclusividade da História – enquanto disciplina – no que diz respeito ao estudo de acontecimentos pretéritos (2007, p. 104). Para este autor, ela seria uma prática discursiva entre tantas outras, buscando dar sentido ao passado e variando ao longo do tempo devido à imprevisibilidade das leituras de novos pesquisadores. Sendo assim, passa a existir a chance de dar visibilidade a aspectos antes desconsiderados ou omitidos, sem implicar numa simples busca por justiça ou numa inversão de papéis, mas em um esclarecimento da diversidade que os modelos normativos tradicionais acabam por ofuscar. Consequentemente, a definição de um documento de *valor histórico* passa a ser instável e pressupõe uma série de considerações acerca dos objetivos e dos questionamentos que o circundam.

No que concerne instituições como arquivos, centros de memória e museus, atribuir valor histórico a um documento e não a outro é a diferença entre incorporá-lo ao acervo, descartá-lo ou mesmo destruí-lo. Além disso, deve-se levar em conta a dimensão diacrônica deste tipo de determinação, uma vez que há um problema em conciliar “a especificidade decorrente de escolhas iniciais com novas exigências que apontam para um redimensionamento inevitável desses acervos” (SILVA, 1999, p. 95). Trata-se, enfim, de uma

questão estratégica de organização do conhecimento que perpassa o saber especializado dos envolvidos na atividade decisória tanto quanto o domínio político no qual se insere o acervo.

A título de exemplo, é interessante o caso do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), conforme exposto por Ângela Maria Carneiro Araújo e Cláudio Batalha:

Por determinações puramente geográficas, a documentação reunida no AEL referente ao Brasil é muito mais significativa que aquela relativa a outros países latino-americanos e a outros continentes. Nunca, porém, foi a intenção dos fundadores do AEL criar um arquivo exclusivamente brasileiro, isso se manifesta na política de incorporação de acervos que não estabelece restrições com relação à procedência geográfica. Todavia, o peso da documentação internacional nele guardada reflete o tipo de preocupação dos titulares dos fundos e das coleções. Em outras palavras, como reação decorrente da internacionalização das relações capitalistas, o movimento operário e as correntes de esquerda costumam ter fortes ligações internacionais ou, pelo menos, buscam com frequência inspiração em outras experiências, e, como seria de supor, isso aparece na documentação que produzem ou reúnem. Portanto, nada mais natural que um arquivo, em grande parte dedicado à história operária e das organizações de esquerda, assuma um caráter internacional. (1999, p. 70)

Este arquivo, comprado pela Universidade Estadual de Campinas em 1974, compõe um depoimento interessante e ilustra aquilo que quero asseverar: o entrelaçamento inegável entre as escolhas científicas dos encarregados da proteção e guarda dos documentos e as decisões políticas burocráticas da configuração de um acervo de acesso público. Não por acaso o subtítulo deste artigo equipara o engajamento do meio político à etérea neutralidade do meio acadêmico, o objetivo sempre foi o de evocar a polêmica que se encontra no centro desta dicotomia.

Mesmo que se argumente que, com a reformulação das Ciências Humanas comentada acima, a posição neutra do pensamento científico foi posta em xeque, ainda não se pode tê-la como abolida, o que mantém certa ilusão de independência entre estes dois âmbitos. As políticas públicas culturais no Brasil ao longo do século XX são um bom exemplo desta intersecção, pois, selecionando o que seria elevado à categoria de patrimônio, atuaram no nível do imaginário e destacaram os referenciais do desenvolvimento da sociedade (MEIRA, 2004, p. 18).

Conforme Renato Ortiz, na década de 1930 o aparelho estatal encontrava-se associado a uma expansão das instituições culturais, visando elaborar uma ideologia da cultura brasileira (1986, p. 80). Sobre o mesmo período, Celise Niero acrescenta que, sob uma perspectiva preservacionista, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, foi o marco de uma configuração na qual o Estado era o “guardião da cultura e responsável por uma espécie de ação, de caráter pedagógico não formal, no que se refere aos valores culturais que deveriam ser preservados pela sociedade como um todo” (2004, p. 21).

A mesma autora aponta para uma continuidade desta postura, no que diz respeito aos registros documentais, até os anos 1960, quando a mobilização de grupos de esquerda, não só no Brasil, daria início a um apelo em nome do amplo acesso à cultura. No entanto, há certo consenso de que o golpe militar de 1964 representou um recrudescimento nestas posições, pelo menos durante alguns anos.

Com relação às políticas culturais no período da ditadura militar no Brasil, são muitos os autores que se dedicam ao assunto, direta ou indiretamente. Tanto Niero quanto Ortiz assinalam o quanto cresceram os órgãos públicos e as leis de proteção e preservação do patrimônio neste intervalo. Entretanto, enquanto a primeira acredita que somente na fase final, quando a oposição vence as eleições de 1974, o Estado se manifesta no sentido de ampliar as preocupações socioculturais de suas políticas públicas para garantir sua estabilidade (NIERO, 2004, p. 24), Ortiz destaca que é próprio da ideologia deste tipo de regime visar um aparelho estatal que estimule, ao mesmo tempo em que controla, a cultura como meio de integração (1986, p. 82-83). Dessa forma, continua o autor,

Para que o Estado desenvolva um projeto cultural brasileiro, é necessário que ele se volte para os únicos intelectuais disponíveis, e que se colocam desde o início a favor do golpe militar. (...) São, na verdade, membros de um grupo de produtores de conhecimento que pode ser caracterizado como de intelectuais tradicionais. (...) Ao chamar para o seu serviço os representantes da “tradição”, o Estado ideologicamente coloca o movimento de 64 como continuidade, e não como ruptura, concretizando uma associação com as origens do pensamento sobre cultura brasileira, e que vem se desenvolvendo desde os trabalhos de Sílvia Romero (ORTIZ, 1986, p. 91)

Dentro desta perspectiva tradicionalista, a memória dos grandes nomes e o folclore das tradições populares ganham relevo, formando o conjunto de valores, rituais e materiais, que constituem o *patrimônio brasileiro*, exposto em museus e guardado em arquivos oficiais. A memória produzida nesse processo cria a ponte entre passado e presente necessária, na opinião de Ortiz, para legitimar a proposta de Brasil que o regime executava (1986, p. 124).

Até a Constituição de 1988, a concepção de patrimônio histórico e artístico permaneceria a mesma da legislação de Vargas, elaborada na década de 1930, fundamentalmente associada ao patrimônio edificado (NIERO, 2004, p. 34). Os novos artigos constitucionais, entretanto, trazem um novo entendimento da diversidade implícita às culturas, inclusive sendo o termo patrimônio *histórico* suplantado por patrimônio *cultural*. Segundo Funari e Pelegrini, essa alteração de nomenclatura trouxe novas centralidades à pauta, pois

A perspectiva reducionista inicial, que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, circunscrito a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos, acabou sendo, aos poucos, suplantada por uma visão muito mais abrangente. A definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 31-32)

ou seja, a imaterialidade e a subjetividade inerentes ao patrimônio ganhariam, finalmente, sua relevância.

Nos anos 1990, com a criação de uma série de leis de incentivo fiscal, Niero avalia que se instaura uma tendência em reforçar o caráter mercantil da cultura, promovendo eventos que gerariam lucros certos e imediatos, muitas vezes de iniciativa privada (2004, p. 37). Já no século XXI, alguns autores reconhecem algo que poderia ser chamado de *moda* do patrimônio, termo utilizado por Melo para marcar a “diluição da importância dos bens culturais” devido à sua caracterização como “subproduto de uma sociedade hiper consumista em relação a produtos e imagens” (MELO, 2009, p. 37).

A crítica do autor consiste em sua avaliação de que, nos últimos anos, o patrimônio se tornou um ponto de fuga na sociedade, pois, quando vinculado a uma forma do homem conhecer a si mesmo e as gerações passadas, mobiliza uma parcela restrita da sociedade, enquanto que sua visibilidade cresce exponencialmente quando relacionada a atividades econômicas. Melo pode estar correto em sua observação, contudo, talvez esta mereça certa relativização, como a promovida por outra autora no mesmo livro: Laer, ao tratar de bens patrimoniais como os monumentos urbanos, lembra que

É necessária uma revalorização permanente do imaginário, uma atualização que os relacione com a dinâmica da cidade e ainda, que os faça interagir na paisagem com o presente e não apenas como um cenário inerte, pois a paisagem é mais do que a imagem do passado (2009, p. 189)

O que a autora propõe, em suma, é a relação clara entre passado e presente como um universo dinâmico e que deve respeitar a tensão sempre constante entre o desejo de preservar e a necessidade de transformar, inovar. Sua sugestão parece mais adequada para refletir sobre a questão conflituosa da participação da sociedade como um todo nos atos de conservação do patrimônio, geridos pelas políticas públicas culturais.

Citando Funari e Pelegrini mais uma vez, para encerrar o tópico tratando da problemática da faceta de mero espetáculo que o patrimônio assumiu, os autores assinalam o

quanto a plasticidade e a estética, volúveis e subjetivas, estiveram à frente das iniciativas preservacionistas no Brasil (2006, p. 52). Para exemplificar, lembram dos centros históricos urbanos, com fachadas restauradas criando a ideia artificial de conjunto, ou os espaços vazios e verdes construídos de maneira padronizada⁶.

4. Considerações finais:

Há poucos anos, Piñon e Funari promoveram uma pesquisa entre alunos do Ensino Fundamental da rede pública na qual concluíram que os estudantes não eram capazes de reconhecer o patrimônio aos seus arredores por não se entenderem como seus 'herdeiros'. O problema identificado foi que

a memória dos futuros cidadãos absorve a cultura material comumente produzida pelo grupo étnico branco, com especial atenção destinada às construções, particularmente aquelas que contêm outras culturas, i.e. museus, que se destacam mais do que as próprias coleções devido ao seu caráter monumental ou excepcional (PIÑON e FUNARI, 2004, p. 29)

A observação dos autores demonstra com gravidade as consequências de uma escolha política, informada pelo saber científico, que não se pretendeu inclusiva da diversidade apresentada pelo passado. Foi, enfim, escolhido um passado dentre vários para representar uma totalidade muito mais abrangente. E quem fez esta escolha? Quem optou pelo passado que estes alunos estudam, mas com o qual não se identificam?

O processo de formação histórica do Brasil, com suas especificidades, fornece muito das respostas sobre o porquê da prevalência deste passado eurocêntrico sobre os demais, mas não serve como justificativa para manter sua hegemonia ainda no século XXI. Se o presente é outro, e sua relação com o passado é constante, são os novos problemas e os novos pressupostos que devem transformar aquilo que foi dado como cristalizado e absorvido por gerações sem sofrer nenhum questionamento.

E a escolha? O historiador de hoje merece mais glórias que o de ontem, porque redime os injustiçados, lembra o esquecido e recusa o vencedor para entregar louros ao vencido? Não se trata de opor bons aos maus, apontar os certos e os errados da história e na História, mas de destacar a escolha. Sim, pois, os passados nos museus, nos livros, nas escolas, não deixarão de ser escolhidos, selecionados. A diferença é a clareza com que o ato da escolha é conduzido e oferecido ao interlocutor: este é *um* passado, selecionado para contar *essa* história, a partir *desse* documento, artefato ou depoimento. Mas não é o único.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; BATALHA, Claudio H. M. *Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)*. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.) *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Eitora UNPESP: FAPESP, 1999. (Seminários & Debates) pp. 65-77

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

DINIZ, Wivian; MEDRONI, Melissa (orgs.) *Museus do Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia brasileira: visão geral e reavaliação*. Revista de História da Arte e Arqueologia, n. 1, 1994, pp. 23-41

_____. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2007.

LAER, Paulina von. *A dinâmica de transformação da cidade face à possibilidade de investigação arqueológica*. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CERQUEIRA, Fabio Vergara; NOBRE, Chimene Kuhn (orgs.) *Arqueologia histórica, memória e patrimônio em perspectiva multidisciplinar: contribuições da arqueologia, história, literatura, arquitetura e urbanismo*. Pelotas: IMP, LEPAARQ/UFPel, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel, 2009, pp. 181-191

MELO, Alan Dutra de. *A arqueologia como política pública no município de Pelotas*. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CERQUEIRA, Fabio Vergara; NOBRE, Chimene Kuhn (orgs.) *Arqueologia histórica, memória e patrimônio em perspectiva multidisciplinar: contribuições da arqueologia, história, literatura, arquitetura e urbanismo*. Pelotas: IMP, LEPAARQ/UFPel, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel, 2009, pp. 35-46

NIERO, Celise Helena. *Políticas culturais no Paraná, anos 70-90: uma radiografia*. Monografia de especialização (Sociologia Política, UFPR), Curitiba, 2004.

ORTIZ, Renato. *Estado autoritário e cultura*. In: *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. pp. 79-126

PARELLADA, Claudia Inês. *Relação do Acervo Arqueológico do Museu Paranaense (1876-2002)*. Museu Paranaense, Curitiba: relatório interno, 2002.

PIÑON, Ana; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Contando às crianças sobre o passado do Brasil*. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Vol. 1, n. 1, Pelotas, RS: Editora da UFPel. Jan/Jun 2004. pp. 13-30

SILVA, Zélia Lopes da. O Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa, um centro de “memória” local? In: _____ (org.) *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNPESP: FAPESP, 1999. (Seminários & Debates) pp. 85-95

VOSS, Barbara L. *Matter out of time: the paradox of the “contemporary past”*. *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress*. Vol. 6, n. 1, abril 2010. pp. 181-19.

¹ Doutoranda em História – UFPR; Bolsista REUNI; Orientadora: Prof. Dra. Renata Senna Garraffoni

² Um autor que explora este conceito de ‘crise’, referindo-se a um presente de incertezas e fronteiras maleáveis, onde se esvanece a aparência fixa e natural do *eu* e do *outro*, é o polonês Zygmunt Bauman, em várias de suas obras. Um bom sumário de suas ideias pode ser encontrado no livro *Identidade*, de 2005, no qual concede

entrevista a Benedetto Vecchio. Já sobre a dita ‘moda’ do patrimônio, esta é uma noção discutida por Alan Dutra de Melo em artigo recente.

³ Denominação genérica da categoria cerâmica que inclui a faiança, a faiança fina e a porcelana, também designadas como ‘louças brancas’.

⁴ Convém destacar que peças de louça já integravam o acervo do Museu Paranaense muito antes desta data, associados, entretanto, ao acervo de História. Além disso, eram peças preservadas por um número variável e subjetivo de fatores, tais como valor afetivo e estético, doadas à instituição como marcas de memória. Este é um argumento importante para contrapor aos fragmentos de louças posteriormente registrados sob a guarda do Departamento de Arqueologia, que deverá ser retomado mais adiante na pesquisa para fins de discussão.

⁵ Quando trato da divulgação, refiro-me a formas ditas ‘científicas’ ou ‘especializadas’ de veiculação do passado, como, por exemplo, a montagem de uma exposição no âmbito de um museu categorizado como ‘histórico’. Poderia, igualmente, tratar de textos, relatórios, documentários ou outras formas de se contar o passado, mas dado o recorte anunciado, é o universo material e sua discursividade visual que recebe destaque neste artigo.

⁶ Aqui, também seria interessante lembrar de Benedict Anderson, em seu livro *Comunidades Imaginadas*, quando o autor discorre sobre os templos da Ásia colonizada, musealizados, esvaziados de significado religioso e abertos a visita dos europeus como exemplar exótico de uma cultura que deveria ser reconduzida ao seu esplendor pela ‘civilização’ ocidental.